

As características do Brasil moderno hão de ser as de um País sério. Claro que, para tanto, os titulares do poder público e a sociedade ("homens que vivem em interdependência") deverão empreender uma autêntica revolução, para modificar usos e costumes. Refiro-me àquela Revolução (com maiúscula) a que Milton Campos fez alusão para recomendar que fosse "permanente como

idéia e inspiração para que, com a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos, que consistem principalmente na mudança consentida das estruturas sociais e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites".

Um dos maus hábitos a que se precisará pôr termo aqui é o que hoje distingue a União, os Estados e os municípios, enraizado na falta representada pela assunção de compromissos que não se pagam, sem que nada aconteça a quantos provocaram



**Fator de
suspeitas é a
dívida interna
que requer
a venda de
estatais**

a inadimplência, frequentemente ruíno-
sa, a ponto de inviabilizar todos os anos grande número de empresas, das menores às maiores.

Não faltam exemplos. A Brazilian Food, de tiquete-refeição, suspendeu suas atividades porque 85% do total das dívidas que a oneravam (cerca de R\$ 6,5 milhões) decorria de fatores que hibernavam junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro, à Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano passado, um grupo de 150 empreiteiras, credoras de R\$ 2,5 bilhões ao governo de São Paulo, decidiu só participar de licitações em setores públicos que dispusessem de recursos; e bloquear as obras contratadas cujos pagamentos não estivessem sendo feitos, por meio do cancelamento das ordens de serviço. "Estamos diante de um descalabro", comentou o então presidente da Associação Pau-

lista de Empresários de Obras Públicas (Apeop) José Eduardo Nascimento. Nos últimos três anos, aproximadamente 2 mil empresas, de pequeno, médio e grande porte, não estavam recebendo do governo.

O caso do Grupo Mendes Júnior apresenta números maiores. Somente à rede bancária ele deve, em razão das taxas de juro vigentes, US\$ 1,8 bilhão. Contudo tem a receber mais do que isso. Seus grandes devedores são a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, condenada a pagar R\$ 1,556 bilhão (fora o juro, de 1994 para cá); o Banco do Brasil (US\$ 813 milhões); e empresas e agências paulistas (US\$ 121 milhões).

Não está prevista em lei sanção alguma para esse tipo de calote. Nem para as empresas que descumpriram compromissos, nem para as pessoas físicas que os assumiram em nome delas.

O Brasil não ingressará no Primeiro Mundo sem reformar essa "mentalidade dominante", que lhe subjugou as elites — pois é no plano em que elas atuam que se sucedem as irregularidades mencionadas, as quais não se esgotam no âmbito das fronteiras do País. Na verdade as ultrapas-

sam, para repercutir em centros de onde se poderia carrear recursos indispensáveis a impulsionar o desenvolvimento nacional.

Outro fator que atrai suspeitas é a dívida interna que requer a venda de empresas estatais ineficientes e deficitárias, convertidas em cabide de empregos de uma *nomenklatura* todo-poderosa. Dever possuindo ativos implica aliená-los para quitar os débitos — dos quais não se livrar constitui prova de insânia. Isso, no tocante à iniciativa privada. Quanto ao Estado é diferente. Basta que se tomem mais impostos e o Erário generoso, refeito, pagará por todas as loucuras cometidas. Acentue-se porém que, às taxas de juro que o governo impõe, a dívida interna cresce à razão de 32% ao ano (Estado 25/3/1995). No mês passado, o presidente da República tachou essa dívida de "preocupante". No entanto, na atual administração se fala muito em privatizar mas se age modestamente para alienar o lixo das estatais. Trata-se de uma inércia que distancia o País do advento do Brasil moderno.

■ Arnaldo Lacombe é jornalista

JORGE BOAVENTURA

Cuidado com a fonte

A linguagem forte, por vezes contundente, do saudoso Nelson Rodrigues mostrava-se, frequentemente, de um realismo sem rodeios e sem gentilezas. Por exemplo, era comum o emprego, em suas crônicas, da expressão, que nada tem de delicada, "idiotas da objetividade". Claro que o extraordinário dramaturgo, quando a usava, estava lançando mão de estilo literário que, como



**A capacidade
de desejar, de
ambicionar, é
indefinida
na criatura
humana**

veículo de transmissão de idéias e conceitos, trocava as luvas de pelica ou os punhos de renda exatamente pela contundência capaz de despertar ou, melhor, de sacudir do sono letárgico os que não tivessem, ainda, atenta-
do para a importância do que eles queriam fazer sentir.

Não era, pois, fora do recurso a que acabamos de fazer alusão, capaz de supor que os que exageram na exclusividade que costumam atribuir ao que designaríamos como empirismo imediatista, os que supervalorizam o que designam por "espírito prático", de fato seriam idiotas. Claro que não. Muito pelo contrário, para a conquista das metas e alvos que se traçam como finalida-

des de suas vidas, bem o sabia o cronista, são geralmente muito argutos e extraordinariamente inteligentes. A questão é saber-se sobre a propriedade da escolha daquelas metas e alvos, no sentido de, uma vez conquistados, eles revelarem-se capazes de, afinal, torná-los tranqüilos e felizes.

Dentro de dados empíricos e para os que pensam como os que o cronista emérito contundia com a

dura linguagem a que fizemos referência, a resposta é negativa. Ao menos, as estatísticas da incidência de acidentes vasculares, como enfartes e derrames, mostram que eles são muito comuns entre executivos e empresários de alto nível, ao mesmo tempo que as pesquisas de mesmo gênero indicam, como causas importantes da ocorrência daqueles acidentes, as tensões, a ansiedade, o famoso estresse que tanto se comenta.

Da mesma maneira, a perspectiva do que designamos como empirismo imediatista, aplicada a domínio que não integra o mundo dos negócios — mas pode ser considerado como a fonte inspiradora do afã exage-

rado que às vezes é dedicado àquele mundo — estamos nos referindo à satisfação indisciplinada dos instintos, muitas vezes não é gratificante, mas, ao contrário, fonte de frustrações e aborrecimentos.

Afinal, a capacidade de desejar, de ambicionar, é indefinida na criatura humana. Mas a de possuir, pelo contrário, é muito limitada. Não nos parece, portanto, falta de objetividade reconhecer tão palpável, concreta e irrefutável verdade. Portanto, supomos, o objetivo real que, no fundo, todos temos é a conquista da felicidade; e essa, parece-nos, estará sempre toldada, onde não haja harmonia.

Assim, antes de postular que ser objetivo é, sempre que se encontre a oportunidade, "levar vantagem em tudo", torna-se indispensável saber se *tudo* é algo que se esgota na conquista de prosperidade material e na satisfação, sem barreiras, dos instintos, ou se deve referir-se, também, a aspirações de outra natureza, de outra índole, daquela índole que as pessoas, quem sabe, pouco práticas, consideram não apenas espiritual, mas de espiritualidade comprometida com a transcendência.

Parece claro, pois, que a resposta à questão sobre o que é, realmente, ser objetivo, ou prático, implica saber se o ser humano é apenas corpo ou se, além

desse, existe algo imaterial, que tem as suas necessidades e as suas aspirações. Se existe, compondo toda a realidade humana, apenas o corpo que busca satisfazer os seus apetites — pensa esse idiota da falta de objetividade — o mundo não conhecerá a paz e a harmonia, mas continuarão a agravar-se os problemas, a confusão e os sofrimentos que, diariamente, contudem a nossa sensibilidade.

E, permitam-nos acrescentar, o que vale para o indivíduo de certa maneira vale também para as sociedades nacionais, que têm consciência de suas peculiaridades.

Observem o exemplo do povo judeu, que, durante séculos em diáspora, se manteve por intermédio de algo impalpável, que não pode ser pesado ou cotado em bolsas, mas o preservou e conquistou para ele lugar de destaque entre os outros povos. Sem intenção crítica maldosa, mais como colaboração, talvez inútil, não esqueçam a fonte das energias de um povo como o nosso, nem deixem que ela seque, desligada das suas raízes culturais, que tiveram a alimentá-las um solo de generosidade, não apenas cifrões, estatísticas e números.

■ Jorge Boaventura, professor universitário, jornalista e escritor, é conselheiro do Comando da Escola Superior de Guerra